

A Política Europeia de Competitividade 2007-2013

Aveiro – 12/11/2008

Agradecimentos/Introdução

- Senhor Secretário de Estado, António Castro Guerra, Senhor Gestor do PO "Factores de Competitividade" Nelson de Souza, minhas senhoras e meus senhores: em primeiro lugar, permitam-me que manifeste o prazer de me encontrar aqui, em Aveiro, neste primeiro encontro de balanço da assistência da política regional europeia à competitividade em Portugal.
- Saúdo ainda esta iniciativa de comunicação, que vai por certo chamar a atenção do grande público para a vossa estratégia de competitividade, um elemento central do novo período de programação dos Fundos europeus em Portugal para o período 2007/2013.
- Este encontro decorre num período de extrema insegurança económica e financeira, uma situação que vem juntar-se a outros desafios, como a globalização, as alterações climáticas e a evolução demográfica. Neste contexto, a política europeia de coesão deve constituir uma fonte de estabilidade no terreno. Trata-se de uma política que garante recursos financeiros durante 7 anos, destinados a ajudar as empresas, em especial as PME, e à criação das estruturas e dos apoios essenciais para um desenvolvimento sustentado.

A política de coesão e a competitividade na Europa

- A competitividade está no centro da nova política de coesão para 2007/2013. Na verdade, a estratégia de Lisboa definida pelos Chefes de Estado e de Governo fixou um objectivo para a Europa: fazer com que a sua economia assente na competitividade. É dela que dependem o crescimento sustentado e o emprego na Europa. A globalização e a concorrência acrescida que impera nos mercados mundiais abrem novas "janelas" de oportunidade aos Estados-Membros e às regiões mas, em paralelo, exigem uma adaptação às mudanças estruturais. As condições prévias para responder a estes desafios são a dinamização do investimento privado, o reforço do mercado único e a promoção do desenvolvimento económico.
- A ajuda europeia dos Fundos a favor das regiões, com o objectivo de lhes permitir tirar partido de um mundo em mutação, requer portanto que se comece por investir na melhoria da sua competitividade, promovendo o conhecimento, a inovação e a valorização dos recursos humanos. Graças ao investimento nestes domínios prioritários, a política de coesão contribui para a dinamização da produtividade na Europa e para manter a vantagem da Europa sobre os seus concorrentes.

- Neste sentido, é encorajador ver que os Estados-Membros atribuíram uma prioridade real aos investimentos nas áreas da Investigação e Desenvolvimento tecnológico e científico (I&D) e da inovação, estabelecendo objectivos ambiciosos, que lhes permitem aproximar-se do objectivo fixado em Lisboa: uma taxa de investimento no sector da I&D de 3% do PIB até 2010.
- As acções direccionadas para a competitividade estão também estreitamente ligadas aos esforços desenvolvidos nos domínios das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) e dos serviços em linha para empresas e cidadãos. As regiões e as empresas que valorizam as TIC estão melhor equipadas para dar resposta às tendências para a deslocalização das actividades económicas e, também, para reforçar a procura de novas oportunidades.
- Contudo, os investimentos na inovação, no conhecimento e nas tecnologias deverão ser convertidos em novos empregos. Isto requer esforços no sentido de promover o desenvolvimento dinâmico em domínios como os serviços de apoio às empresas, em especial às PME, a fim de aumentar a competitividade destas e de as integrar mais profundamente nos mercados internacionais.
- A nova geração de programas relativos à política de coesão para 2007/2013 é, pois, um elemento determinante do programa de Lisboa, que reflecte várias orientações, fundamentais e novas, introduzidas para o novo período de programação. Assim, a política de coesão definida para o período 2007/2013 abriu caminho para a reorientação dos investimentos da União Europeia. De uma maneira geral, nas regiões menos desenvolvidas da UE a 27, a título do objectivo de Convergência, 65% dos Fundos destinam-se a despesas relacionadas com a estratégia de Lisboa, enquanto as regiões mais desenvolvidas, a título do objectivo de Competitividade Regional e Emprego, prevêem investir 82% dos Fundos em prioridades também relacionadas com a estratégia de Lisboa.
- Em especial, as discussões com os Estados-Membros, as regiões, os agentes locais, os parceiros sociais e económicos mostraram que a política regional europeia tem funcionado como catalisador de mudanças. Serviu de base para a elaboração de estratégias regionais e sectoriais eficazes para a criação de mais empregos, de melhor qualidade, e para melhorar os mecanismos de distribuição das ajudas financeiras. O processo de negociação teve ainda por efeito a melhoria sensível da qualidade dos programas nacionais e regionais em toda a Europa e o alinhamento mais estreito dos seus conteúdos com as grandes prioridades comunitárias.
- Esta dinâmica foi igualmente acompanhada por uma abordagem da planificação e da programação dos investimentos mais centrada nas estratégias a longo prazo para o estabelecimento de laços reforçados com os objectivos de desenvolvimento "societal": a formação ao longo da vida, numa sociedade em envelhecimento, ou a necessidade de melhorar a eficiência energética e de desenvolver as energias renováveis, com vista a combater as alterações climáticas e a reduzir as dependências externas, são alguns exemplos.

O caso de Portugal

- Permitam-me fazer agora algumas reflexões sobre o caso concreto de Portugal. Portugal beneficiou, no passado, de subsídios "generosos" dos Fundos Estruturais: desde a sua adesão à União Europeia, Portugal recebeu mais de 50 mil milhões de euros (no conjunto de todos os Fundos).
- A série de programas operacionais, que constituíram os QCA's anteriores, contribuiu sem dúvida alguma para o desenvolvimento do país. Em termos de impactos, são notórios os progressos em matéria de infra-estruturas materiais (transportes – a título de exemplo, Portugal é presentemente um dos países europeus com uma das densidades mais significativas em termos de auto-estradas por km²! –, ambiente, saúde, cultura, etc.) e no que se refere à melhoria da coesão territorial no país, no seu todo. No entanto, a maior parte dos dados socio-económicos disponíveis indicam que o impacto das intervenções dos Fundos Estruturais foi relativamente limitado em sectores muito importantes, como a competitividade económica em geral, a inovação e a valorização dos recursos humanos.
- Por isso, a Comissão e as autoridades portuguesas chegaram a acordo quanto a uma reorientação significativa da abordagem no que se refere à geração dos Fundos Estruturais 2007/2013: na realidade, o quadro de referência estratégico nacional português (NSRF/"QREN") inclui um compromisso significativo em relação à estratégia de Lisboa para o emprego e o crescimento. No QREN, a afectação indicativa dos financiamentos dos Fundos Estruturais aos objectivos "de Lisboa" é muito elevada: 82% da dotação total em Portugal, para o período de 2007/2013, destina-se às prioridades da estratégia de Lisboa. Isto demonstra o empenho de Portugal em apostar numa agenda socio-económica baseada na competitividade e na inovação.
- Através do QREN e dos seus programas operacionais, Portugal comprometeu-se a despendar 21 mil milhões de euros com o crescimento e o emprego, com o reforço do capital humano e para garantir um desenvolvimento equilibrado e harmonioso que incluía a redução das disparidades regionais e sociais.
- Mais concretamente, no que se refere ao programa que hoje nos reúne, o programa "Factores de Competitividade", é preciso salientar em primeiro lugar que se trata do programa que integra o financiamento mais elevado do FEDER concedido a Portugal, para o período 2007/2013. Além disso, trata-se de um dos 3 únicos programas "horizontais"/nacionais do NSRF/QREN português (os 2 outros são os POs "Potencial Humano"/FSE e "Desenvolvimento territorial/Infra-estruturas"), o que demonstra a sua especificidade e o seu papel importante no processo de desenvolvimento económico do país ao longo dos próximos anos, por integrar o financiamento das acções no domínio do aumento da competitividade e da produtividade da economia portuguesa, consideradas como essenciais para a modernização e o desenvolvimento de Portugal.
- Dada a importância deste programa para o desenvolvimento de Portugal, penso que é preciso estarmos muito atentos à sua aplicação, em especial no contexto específico dos anos 2008 e 2009,

anos difíceis e "sensíveis" para a gestão do programa, que deverá encerrar o PO Economia/PRIME 2000/2006 e lançar o PO "Factores de Competitividade".

- Apesar de, com é evidente, ser necessário acelerar a aplicação do POFC, porque, convém não esquecer, a regra da anulação automática de autorizações dos créditos comunitários "N+3" vai ser aplicada já em 2010, será preciso manter padrões de selecção muito elevados, quer ao nível da qualidade dos projectos a seleccionar e a financiar, quer ao nível de sectores/"concentração" dos apoios, no sentido do texto negociado e aprovado do PO (ex.: em sectores com potencial de crescimento, sectores com utilização intensiva de conhecimento e alta tecnologia, em novas empresas, etc.).
- Por último, tendo em conta as sinergias entre o PO "Factores de Competitividade" e os POs regionais e entre o PO "Factores de Competitividade" e o PO "Potencial Humano/FSE" (ex.: acções em prol da modernização da Administração Pública são apresentadas nestes 2 programas), será necessário manter uma coordenação permanente entres todos estes instrumentos do NSRF/QREN português 2007/2013, a fim de assegurar a indispensável complementaridade.

A futura política de coesão

- Permitam-me referir agora o estado da discussão sobre a futura política de coesão. O debate teve início no ano passado, com uma ampla consulta pública, cujos resultados gerais foram apresentados em Junho de 2008, no quadro da divulgação do relatório sobre a coesão económica e social.
- As conclusões dessa consulta são claras: a dimensão "equidade" da política de coesão deve continuar a ser forte e convém manter a redução das disparidades entre as regiões como principal prioridade. Em simultâneo, esta consulta permitiu detectar um forte consenso no sentido de que a política de coesão deve abranger todas as regiões europeias: a "renacionalização" da política é, por conseguinte, por conseguinte, rejeitada em princípio.
- No que diz respeito às prioridades para o futuro, tudo indica que, em especial perante os desafios que já mencionei, deverá ser dada prioridade à competitividade, à inovação, à transformação das actividades económicas no sentido de um elevado valor acrescentado, ao desenvolvimento dos recursos humanos e dos serviços, bem como ao desenvolvimento sustentado.
- Por outro lado, a Comissão acaba de aprovar o seu livro verde sobre a coesão territorial, um documento que deverá enriquecer o debate sobre a futura política de coesão. O texto incide sobre a análise das disparidades do território europeu e sobre as especificidades territoriais, aos níveis local, regional e nacional, e lança o debate sobre como transformar essa diversidade territorial em vantagem ou em força para a Europa. Os resultados da ampla consulta pública aberta até finais de Fevereiro serão analisados numa Comunicação da Comissão. Convido-vos a todos a participar nessa consulta.

Conclusão

- Em matéria de política de coesão, as bases estão estabelecidas, na Europa e em Portugal, incluindo a abordagem estratégica para a competitividade. A modernização da economia situa-se mais do que nunca no centro dos nossos objectivos. No entanto, as nossas acções, só assumirão toda a sua amplitude se as parcerias nacionais, regionais e locais, privadas e públicas, integrando os parceiros sociais e económicos, empresários, sindicatos, ONGs, centros de investigação, universidades, etc., funcionarem eficazmente. Isso implica também que o contexto administrativo, fiscal e económico, bem como as políticas de apoio às empresas, sejam adaptados de modo a acompanhar as estratégias em que nos empenhámos.
- Temos muito a aprender com as nossas experiências passadas e com as dos outros. Por isso, estou convencido de que, hoje, no quadro deste acontecimento, vai haver discussões interessantes e úteis e que estas nos permitirão avançar no sentido desejado por todos.

Muito obrigado.